



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA LESTE MINEIRO

Transcrição da 115ª reunião, realizada em 1º de junho de 2017

1 Em 1º de junho de 2017, reuniu-se extraordinariamente a Unidade Regional
2 Leste Mineiro (URC Leste) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), em Governador Valadares, Minas Gerais. Participaram os
4 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Alberto Félix Iasbik,
5 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Maurílio
6 Andrade Dornelas, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
7 Abastecimento (Seapa); Augusto César Carvalho, da Secretaria de Estado
8 de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
9 (Sedectes); Marcos Gobira Damasceno, da Secretaria de Estado de
10 Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais
11 (Sedinor); Maria da Penha Carvalho, da Secretaria de Estado de
12 Planejamento e Gestão (Seplag); Leonardo Castro Maia, do Ministério
13 Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Fernando Costa da Silva, da
14 Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Carolina Rodrigues Martins, do
15 Conselho Municipal de Meio Ambiente (Codema) de Itabira. Representantes
16 da sociedade civil: Renato Medrado Malthik, da Federação das Indústrias
17 do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Raimundo Rodrigues Pereira, da
18 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
19 Wilson Starling Júnior, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas
20 Gerais (Sindiextra); José Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio
21 ao Parque Florestal Estadual do Rio Doce; Maria Valdete Leite da Cruz, da
22 Cáritas Diocesana de Itabira; Renata Bernardes Faria Campos, da
23 Universidade Vale do Rio Doce (Univale); Evaristo Ferreira de Souza, do
24 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Flávia Frederico
25 Goulart, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).
26 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
27 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Alberto
28 Félix Iasbik declarou aberta a 115ª reunião da Unidade Regional Colegiada
29 Leste Mineiro. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
30 **GERAIS.** Conselheiro Wilson Starling Júnior: “Primeiramente, eu quero
31 cumprimentar a todos, uma boa tarde, e dar as boas-vindas ao nosso novo
32 superintendente, porque é a nossa primeira reunião da URC do Leste de
33 Minas. Seja bem-vindo. Esperamos que o trabalho que vossa senhoria vai
34 fazer à frente da Supram seja contemplado de boas práticas, principalmente
35 em defesa do meio ambiente. Eu quero também cumprimentar os novos
36 conselheiros, que hoje vêm pela primeira vez. Sejam muito bem-vindos.
37 Para mim, eu posso falar de cadeira, os senhores podem ficar tranquilos

38 com uma coisa. Eu já participo aqui há uns três anos – eu e o Ângelo –,
39 mas uma coisa que nos deixa tranquilo é que, das outras vezes, as nossas
40 atribuições eram muito maiores, e o nosso corpo técnico da Supram
41 continua o mesmo, entre aspas. E os nossos processos, quer dizer, os
42 pareceres emitidos pelos técnicos da Supram estão cada dia mais e mais
43 técnicos e mais corretos. Tanto é que, nas últimas reuniões das Câmaras
44 Técnicas, os processos com pareceres dos nossos técnicos da Supram
45 Leste de Minas têm sido aprovados. E isso nos dá tranquilidade de que, no
46 tempo em que nós estávamos aqui votando, apesar de não termos, talvez,
47 a competência que tem hoje um membro da Câmara Técnica, nós podemos
48 dizer que as nossas votações aqui foram tranquilas, corretas e sempre
49 buscando a sustentabilidade. Sejam bem-vindos todos e uma boa tarde.”
50 Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu também aproveito para
51 cumprimentar o novo superintendente e aproveito, sendo esta a primeira
52 reunião deste Colegiado, para colocar uma coisa que está nos preocupando
53 bastante. Eu represento aqui a Fundação Relictos, que é uma entidade
54 ambientalista daqui do Vale do Aço. E faço parte também dos Comitês de
55 Bacia do Rio Piracicaba e do Rio Doce. No Rio Piracicaba, eu sou vice-
56 presidente do Comitê. Nós tivemos, durante todo o ano de 2016, problemas
57 sérios com o rio Piracicaba, vários episódios de alteração de turbidez da
58 água do rio Piracicaba com registros fotográficos, e não se consegue
59 identificar a causa do problema. Nós contamos com a SEMAD para que
60 esse problema seja identificado e sanado o mais rápido possível. Mas, por
61 outro lado, nós ficamos preocupados e apreensivos. Teve o acidente com a
62 Samarco, com o rompimento da barragem da Samarco, e esse acidente,
63 infelizmente, comprometeu a bacia do Rio Doce e, mais em cima, as
64 cabeceiras do rio Piranga foram seriamente afetadas por isso. O Piracicaba,
65 apesar de ser vizinho do empreendimento, não foi afetado diretamente por
66 esse empreendimento. O que ocorreu? A empresa Samarco precisava fazer
67 algumas modificações e pediu uma autorização à Supram, e a Supram deu
68 uma autorização para a Samarco fazer sem passar pelo Comitê de Bacia,
69 sem ser discutido no Comitê de Bacia. Então, hoje, a Samarco está
70 transpondo de uma bacia para outra a água, a água está sendo transposta
71 da barragem de Fundão para Bacia do Rio Piracicaba, e, segundo
72 informações, essa água é tratada e descartada no rio Piracicaba. Nós
73 temos aí uma transposição de Bacia: água de uma Bacia sendo lançada na
74 outra. Tem o aumento de impacto ambiental que isso provoca. Tudo isso
75 necessitava que o Comitê analisasse essa questão antes de ser dada essa
76 autorização, o que não foi feito. O Comitê foi ignorado, foi dada a
77 autorização, e a empresa está fazendo isso. Hoje, eu não estou falando que
78 o impacto está sendo proveniente dessas atividades, eu estou só firmando
79 que, durante o ano de 2016 inteiro, do início do ano até o final do ano, com
80 chuvas e sem chuvas, teve alteração da água do rio Piracicaba. Em uma

81 medição em que foi feita análise, inclusive, para a Celulose Nipo-Brasileira
82 – porque ela acompanha essa questão da turbidez, porque a água é
83 necessária para o seu processo produtivo; a água com qualidade boa;
84 então, ela monitora isso –, em uma dessas campanhas de monitoramento,
85 ela colheu a água do rio Piracicaba, lá em Santa Rita Durão, e deu 1.732,
86 se não me engano, unidades de turbidez. Esse valor era maior do que lá no
87 rio Gualaxo, em Bento Gonçalves etc., no mesmo dia de coleta de água.
88 Então, tem uma coisa muito estranha acontecendo no rio Piracicaba. Nós
89 estamos tentando identificar isso. O Ministério Público está envolvido, a
90 SEMAD, o IGAM, a FEAM. Nós acionamos todo mundo, e contaríamos
91 também com a Supram para ver se conseguimos identificar de onde está
92 vindo essas alterações para que possamos cessar isso e responsabilizar os
93 responsáveis pelo impacto.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Só
94 aproveitando a fala do conselheiro, eu ia sugerir, para darmos um
95 encaminhamento, ouvir o Comitê de Bacia, ouvir a Supram aqui, para o
96 IGAM. Mas você falou que já foi dado o encaminhamento dessa demanda
97 para o IGAM. Porque o IGAM possui profissionais qualificados para fazer
98 essa coisa. E nós damos esse suporte aqui na hora que o pessoal está
99 chegando aqui. Com certeza, eles devem fazer um levantamento ao longo
100 do leito do rio para tentar levantar esses pontos, para tentar chegar a uma
101 conclusão. Mas, então, já foi dado o encaminhamento, para o IGAM, dessa
102 demanda.” Conselheiro José Angelo Paganini: “O IGAM tem ciência do fato,
103 foi oficializado, várias vezes. As respostas são de que o monitoramento está
104 tudo ok etc. Não está, porque você está vendo, visualmente, que não está.
105 Então, é um problema que precisa ser identificado. Recentemente, o
106 Ministério Público pediu uma fiscalização também, o Núcleo de Fiscalização
107 do Ministério Público fez uma fiscalização, e, infelizmente, a fiscalização
108 não foi conclusiva. Nós precisamos, o Comitê precisa que se chegue aos
109 responsáveis por isso, porque isso não pode acontecer do jeito que vem
110 acontecendo.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Mas, no caso, nós vamos
111 fazer outro encaminhamento para o IGAM? Você está passando aqui uma
112 demanda. Vamos dar um encaminhamento para o IGAM?” Conselheiro
113 José Angelo Paganini: “Eu acho que seria conveniente.” Presidente Alberto
114 Félix Iasbik: “Então, depois, você passa para a mesa, fazendo favor.”
115 Conselheiro José Angelo Paganini: “Se o pessoal achar conveniente, é
116 fazer um encaminhamento ao IGAM pedindo providências nesse sentido, o
117 que ajudaria na solução do problema.” Presidente Alberto Félix Iasbik:
118 “Então, depois, você subsidie o pessoal ali para escrever o texto, que
119 fazemos o encaminhamento.” Conselheiro Fernando Costa da Silva: “Boa
120 tarde a todos. Eu aproveito a oportunidade para lembrar que nós estamos
121 iniciando hoje as comemorações da Semana Mundial do Meio Ambiente.
122 Então, diversos atores estão participando conosco. E aqui fazemos o
123 destaque para a própria Fiemg, que vai ceder este espaço aqui para hoje, a

124 partir das 18h45, quando nós vamos ter a abertura oficial da Semana, com
125 a palestra sobre descarte consciente, que vai ser proferida pelo André
126 Lacerda, da Prefeitura Municipal. No período de 1 a 9, nós teremos diversas
127 ações itinerantes, com palestras em educandários e empresas voltadas
128 para as questões ambientais. Amanhã, mutirão de limpeza na estrada de
129 acesso ao pico do Ibituruna, a partir de 8h da manhã, com a comunidade
130 local. E um evento que já é tradição aqui em Governador Valadares, o
131 nosso 10º Passeio Ciclístico. Nós iremos concentrar no domingo, dia 4, a
132 partir das 8h, na manhã, na praça dos Pioneiros. Vai ser feita a distribuição
133 de uma camisa do evento. Nós iremos sair, dar uma volta na ilha e retornar
134 para a praça dos Pioneiros, onde vão ter diversos sorteios de brindes,
135 bicicletas. A bicicleta melhor ornamentada vai ser premiada com outra
136 bicicleta também. Então, é um momento de aproveitar, de lazer com a
137 família, um momento de valorização da questão ambiental, momento de
138 deixar o nosso carro, a nossa moto em casa, fazer uma atividade física, que
139 é bom para o nosso corpo, é bom para a questão ambiental e é bom para
140 nossa mente e para nossa família. Então, só fazer o convite a todos para
141 participar conosco desta semana repleta de eventos, principalmente, do
142 passeio ciclístico, no domingo pela manhã.” Conselheiro Raimundo
143 Rodrigues Pereira: “Se a aposentadoria for questão de antiguidade, eu já
144 nem deveria estar aqui. Mas estou aqui na qualidade de suplente
145 representando o Sindicato Rural. Eu gostaria de falar é que, enquanto os
146 companheiros estavam se referindo à qualidade da água, eu estava
147 matutando sobre a quantidade de água, que, realmente, é problema. Muitos
148 cursos de água da nossa região, do município de Governador Valadares,
149 inclusive, já não correm. Estamos iniciando o mês de junho, entrando já em
150 plena seca mesmo, e, realmente, a indisponibilidade de água nas nossas
151 fazendas já causa muita preocupação. De maneira que eu gostaria apenas
152 de lembrar isso. Lógico que não é assunto que nós vamos resolver aqui,
153 mas, apenas como representante dessa área, dizer que nós deveremos,
154 como lideranças regionais, estar preocupados com isso e dar o
155 encaminhamento devido dessas questões aos órgãos competentes. O fato
156 é que nós não podemos ficar de braços cruzados, precisamos recuperar as
157 nascentes da nossa região.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Aproveitando
158 carona na fala do conselheiro, eu só gostaria de falar que nós também
159 podemos fazer – essa ideia do conselheiro é boa – essas propostas de
160 execução de política de meio ambiente e tentar, com todos os órgãos
161 envolvidos, captar recursos para trazer para a região e estar executando
162 essas boas práticas. O produtor rural tem interesse em fazer a proteção da
163 nascente, e o que falta, às vezes, é recurso. Em contrapartida, nós temos
164 que propor alguma coisa para ajudar o produtor. Eu sempre falo o seguinte:
165 proteger uma nascente, o simples fato de cercar uma nascente, protegê-la
166 de animal entrar nela, já está protegendo. Eu falo isso toda vez que falo

167 com os policiais, em qualquer tipo de apresentação. O simples fato de
168 cercar uma nascente já fez a proteção dela. A natureza, o resto faz sozinho.
169 A regeneração natural vem sozinha, pode ficar tranquilo. Desde que nós
170 conseguimos tirar o animal, o ser humano, todo mundo do acesso dessa
171 nascente, nós já a protegemos. O resto, a regeneração natural é melhor até
172 do que plantar. Um ponto ou outro lá que ficou muito degradado nós
173 podemos precisar da intervenção do homem, mas o resto não vai precisar,
174 a natureza faz tudo sozinha. Eu gostaria, por ser a primeira reunião deste
175 novo Conselho que foi eleito, dar boas-vindas a todos. Gostaria também de
176 apresentar o Thiago, que assumiu a Superintendência Supram de Leste de
177 Minas há uns três meses. Gostaria que, assim como vocês deram apoio a
178 todos os anteriores, dessem apoio para ele também à frente da
179 Superintendência. Ele está chegando agora, está com boas ideias, vontade
180 também de fazer um bom trabalho aqui, e sozinho ele não consegue nada.
181 Então, ele precisa do apoio de todo mundo. Então, eu conto com o apoio de
182 vocês para que ele possa desenvolver um bom trabalho aqui. Eu já me
183 ofereci para ele também, como colega de trabalho dele também, estou à
184 disposição para ele poder fazer esse trabalho aqui. Eu conto com vocês ao
185 lado dele para poder conduzir um bom trabalho aqui à frente da Supram.”
186 Thiago Higino Lopes da Silva/Supram Leste Mineiro: “Senhores
187 conselheiros, todos aqui presentes, boa tarde. Em primeiro lugar, eu quero
188 agradecer as felicitações de boas-vindas. Nós chegamos aqui há três
189 meses, começamos a desenvolver um trabalho na Supram, estamos até
190 com bons resultados agora neste primeiro quadrimestre. Nós atingimos até
191 uma média histórica de produção de licenciamento em relação à história da
192 Supram. Então, nós ficamos muito contentes com isso. Nós sabemos que
193 têm muitos desafios pela frente, mas eu queria ratificar as palavras do
194 Alberto: nós contamos com o apoio de todos vocês e acreditamos muito
195 nesse espaço democrático no âmbito da URC. Nós podemos, sim, propor
196 políticas ambientais aqui, fazer encaminhamentos. Então, eu gostaria de
197 agradecer a todos e contar mesmo com a colaboração, que é muito
198 importante. Muito obrigado.” Conselheiro Wilson Starling Júnior: “Só para
199 registrar, mais uma vez, que, em São Gonçalo do Rio Abaixo, parte da
200 Cefem é destinada a um fundo para preservação das nascentes, inclusive,
201 com remuneração às localidades aonde há nascentes preservadas. Eu
202 acho que essa é uma boa prática, que deve ser também de conhecimento
203 de todos, porque, realmente, tem produzido, apesar da seca do ano
204 passado, e outras cidades assim também têm agido. Quero também saudar
205 o nosso ilustre representante do Ministério Público. Tem muito tempo que
206 nós não nos encontramos aqui nas reuniões. Seja bem-vindo também às
207 nossas reuniões.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Por ser a primeira
208 reunião com este novo Colegiado que foi formado, antes de entrar na nossa
209 pauta, nós vamos fazer três apresentações para vocês. Uma sobre a

210 organização do Conselho Estadual de Política Ambiental, de que trata o
211 Decreto 46.953, que vai ser feita pela Supram. Depois, nós vamos ter outra
212 apresentação, sobre o Regimento Interno do COPAM. Também feita pela
213 Supram. E depois nós vamos ter outra apresentação, sobre o Conselho de
214 Ética. É o pessoal da Supram mesmo que vai fazer a apresentação. Então,
215 cada um que for fazer a apresentação, se identifique primeiro. E nós vamos
216 conversar com vocês, bater um papo com vocês – se tiverem alguma
217 dúvida, fiquem à vontade – sobre essas apresentações.” **4)**
218 **ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**
219 **(COPAM) DE QUE TRATA O DECRETO 46.953, DE 23 DE JANEIRO DE**
220 **2016. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Gesiane Lima e Silva, da**
221 **Supram Leste Mineiro**: “Boa tarde, senhores conselheiros. Meu nome é
222 Gesiane, eu sou diretora de Controle Processual da Supram Leste, e, na
223 verdade, alguns conselheiros que já fazem parte da Câmara Técnica, que
224 têm cadeira lá, já até assistiram a essa apresentação. É uma apresentação
225 padrão que a SEMAD disponibilizou e solicitou que fosse apresentada em
226 todas as URCs, para todos os conselheiros. Então, são alguns pontos do
227 Regimento Interno, do decreto que trata das competências, que os
228 senhores, como membros do Conselho, já conhecem. Mas só alguns
229 pontos que temos que frisar. É uma apresentação muito resumida. Se
230 tiverem alguma dúvida, nós estamos à disposição para apresentar.
231 Primeiro, sobre a organização, o Decreto 46.953 veio após a publicação da
232 Lei 21.972, que regulamentou sobre a organização do Conselho. E
233 discriminou também sobre o que é. Todo mundo já sabe, mas vamos
234 repetir. É um órgão colegiado normativo, consultivo, deliberativo
235 subordinado, administrativamente, à Secretaria de Meio Ambiente. Como o
236 Alberto já frisou, dentre as competências e a finalidade do COPAM estão
237 deliberar sobre diretrizes e políticas públicas, estabelecer normas
238 regulamentares e técnicas de caráter operacional para a preservação e
239 conservação do meio ambiente. Aprovar normas relativas a licenciamento,
240 autorização de intervenção ambiental e dispor sobre atividade e
241 empreendimentos que causam ou possam causar impacto local, o que foi
242 aprovado, recentemente, pelo COPAM, em Belo Horizonte. A DN 213 é que
243 definiu esses critérios de caracterização desse impacto local para que
244 possibilite aos municípios licenciarem empreendimentos que possuem esse
245 tipo de característica na sua região. O Alberto pediu para tocar nesse
246 assunto.” **Presidente Alberto Félix Iasbik**: “Eu gostaria de aproveitar a
247 oportunidade e pedir o apoio de todos os conselheiros aqui presentes. A DN
248 213 está dando oportunidade para os municípios também participarem do
249 licenciamento ambiental. E nós estamos fazendo uma proposta aqui. Eu
250 conversei com o Thiago, ‘vamos fazer uma proposta’. São poucos
251 municípios. No caso aqui, a Supram Leste atende 146 municípios. Nós
252 temos alguns municípios, como Teófilo Otoni, Ipatinga, Coronel Fabriciano,

253 Itabira, João Monlevade, Caratinga e Governador Valadares, que é a sede
254 nossa aqui, que teriam condições de fazer, pelo menos, os licenciamentos
255 classes 1 e 2, que são Autorização Ambiental de Funcionamento. Eu acho
256 que trabalhar para eles terem um Codema atuante, e eles começarem a
257 desenvolver essas classes 1 e 2, eles podem fazer um trabalho muito
258 melhor em termos do que a Supram faz. Porque a AAF é um ato
259 administrativo, nós só analisamos o documento e emitimos a AAF. Se essa
260 AAF for feita nos municípios, eles têm condição até de fazer vistoria e
261 propor medida mitigadora e medida compensatória, dependendo do caso.
262 Então, é uma evolução. Eu tenho um exemplo lá na Zona da Mata, em Juiz
263 de Fora. Juiz de Fora faz AAF, faz vistorias em todas as AAFs. Então, com
264 certeza, a qualidade é melhor do que do ato administrativo emitido na
265 Supram, porque ele vai lá no local também. Então, o município ganha muito,
266 além de que quem está no município conhece o empreendimento do
267 município. Então, isso facilitaria. Então, a proposta nossa, nós vamos tentar
268 – através da equipe da Supram, o Thiago com sua equipe – visitar esses
269 municípios, que nem Teófilo Otoni, Ipatinga, Coronel Fabriciano, Itabira,
270 João Monlevade, Caratinga e o próprio Governador Valadares. Para os que
271 já têm Codema, está mais fácil. Para os que não têm, precisam criar o
272 Codema, criar sua lei e montar sua câmara técnica e câmara de fiscalização
273 e começar esse trabalho pelas classes 1 e 2. E praticamente não vai ter
274 despesa para o município começar esse trabalho. Quem vai ganhar com
275 isso é o meio ambiente. O meio ambiente ganha muito com isso. Eu estou
276 começando um trabalho lá fazendo nos municípios de Viçosa, Ponte Nova,
277 Manhuaçu, Muriaé, Carangola, Barbacena. São poucos também lá, são
278 nove, poucos municípios, mas têm condição de fazer um bom trabalho e
279 fazerem na forma de ato autorizativo, porque vai ter a vistoria. E para o
280 empreendedor vai ficar muito mais fácil. O cara está lá em Teófilo Otoni e
281 vai fazer a AAF no próprio município, vai estar em contato com as pessoas
282 lá. Então, nós gostaríamos de contar com o apoio dos conselheiros também
283 para divulgar essa boa prática. Eu acho que é uma boa prática. É bom para
284 os dois. Eu sempre falo o seguinte: em qualquer negócio que se vai fazer,
285 um não pode estar rindo e o outro chorando. O negócio tem que ser bom
286 para os dois. Se eu fizer um negócio, sair rindo, e o outro, chorando, só vai
287 fazer negócio uma vez. Não vão ter dois negócios. Esse é bom para os
288 dois, vai ser bom para a Supram, mas vai ser bom também para os
289 municípios, vai ser bom para comunidade, todo mundo vai ganhar com isso.
290 Não estamos pedindo para montar uma estrutura, é só fazer as classes 1 e
291 2. Se o município, depois, ver que tem condição... Por exemplo, Juiz de
292 Fora agora já está fazendo as classes 3 e 4. Aí tudo bem. Mas, se não, fica
293 na 1 e 2, mas faz um trabalho bem-feito. E para a Supram vai ser muito
294 bom. Além do atendimento aqui, que nós vamos diminuir o nosso balcão,
295 que vai facilitar o nosso atendimento, também o atendimento lá para o

296 município vai ser muito melhor nesse sentido. Então, nós gostaríamos de
297 contar com o apoio de todos os conselheiros para começarmos a trabalhar
298 pelo menos esses municípios. Nós vamos fazer o nosso papel, nós vamos
299 visitar os municípios, mas gostaríamos que vocês também intercedessem,
300 na medida em que tiverem contato com cada um desses municípios, para
301 tentar levar essa mensagem. E para fazer isso precisa fazer um termo de
302 cooperação com a SEMAD. E nós, na Supram Leste, vamos capacitar o
303 pessoal. Podemos trazer o advogado que vai analisar, lá no município, os
304 documentos, ele fica no balcão aqui analisando documento de AAF por uma
305 semana, se precisar, dois dias, três dias, e nós vamos dar todo o suporte.
306 Nós não vamos passar só por passar, nós vamos passar e vamos
307 acompanhar. Se precisar de mais capacitação, podem vir à Supram que
308 nós vamos estar capacitando. Mas eu preciso contar com o apoio de vocês
309 para tentar levar pelo menos para esses municípios. São poucos, não são
310 muitos.” Conselheiro Wilson Starling Júnior: “Eu sugeri, inclusive, isso em
311 uma reunião em Belo Horizonte. Porque nem todo município tem os
312 técnicos necessários. Às vezes, não tem engenheiro florestal, outro não
313 tenho engenheiro ambiental, não tem o biólogo. Que se criasse nas
314 associações dos municípios um órgão para essa questão de licenciamento.
315 Porque aí, se o município tem um engenheiro ambiental, forneço o
316 engenheiro ambiental, o outro fornece o biólogo, o outro fornece o
317 advogado. Então, nós conseguiríamos, nas associações dos municípios,
318 tornar muito mais fácil. Porque, às vezes, para um município só assinar o
319 termo de cooperação, pela para ele, mas, para a região, favorece.”
320 Presidente Alberto Félix Iasbik: “Eu concordo, mas depois eu ia chegar a
321 essa parte. Depois podemos usar a jurisdição da associação dos municípios
322 ou do consórcio de saúde, qualquer um dos dois, e difundir para os
323 municípios. Mas, para fazer AAF, a equipe é muito pequena, o próprio
324 município já tem. Esses municípios que eu citei aqui são municípios
325 maiores, não vai onerar. E depois, na hora que começar, que tiver o pilar ali,
326 começava a trabalhar a associação de municípios ou o consórcio de saúde.
327 E prometo, se for preciso, trazemos o pessoal de Belo Horizonte para
328 reunir. O nosso secretário adjunto Germano está à disposição; ele e o
329 Anderson. Se precisar, ele vem e reúne com os municípios. Isso é uma
330 ideia que nós temos que difundir. Quando eu falei que queremos começar
331 só um piloto com esses municípios, é porque já têm estrutura, normalmente,
332 já têm um agrônomo, um biólogo, um advogado. Então, a estrutura mínima
333 já tem. Ontem, eu saí de Ubá por volta de 1h da tarde e combinei com o
334 pessoal de Ponte Nova. Eu parei em Ponte Nova ontem e fiquei reunido das
335 3h30 até 5h da tarde com secretário de Agricultura, secretário de Meio
336 Ambiente, pessoal do Codema. Nós fizemos a reunião lá, e pessoal já tem o
337 Codema implantado por lei, só falta criar a câmara técnica e a câmara de
338 fiscalização. E eles me prometeram, ‘Alberto, o que está sendo proposto

339 aqui, nós temos condição de fazer até o final do ano'. Eu falei: 'Que bom'.
340 Eu posso pedir ajuda ao pessoal da Supram e passar para vocês. Nós
341 temos como tirar a listagem de empreendimentos de AAF no Siam que
342 pediram autorização ambiental junto ao município de Teófilo Otoni ou de
343 Valadares. São muitos empreendimentos. No caso de Ponte Nova, deram
344 duas folhas e meia de empreendimentos. Então, esse pessoal, ao invés de
345 sair de Ponte Nova e ir a Ubá, estará resolvendo em Ponte Nova, além de a
346 equipe de Ponte Nova conhecer os empreendimentos. Então, não estamos
347 passando nenhuma dor de cabeça para o município, pelo contrário, é uma
348 coisa que ele tem condições de fazer, e fazer com vistoria. Isso que é mais
349 importante. Então, eu gostaria de contar com esse apoio." Gesiane Lima e
350 Silva, da Supram Leste Mineiro: "A competência de aplicação da lei, do
351 decreto. Compete ao COPAM, através das Câmaras Técnicas, deliberar
352 sobre os processos de licenciamento classificados como classes 5 e 6 e
353 supressão e intervenção em vegetação em estágio médio ou avançado em
354 áreas prioritárias para o bioma Mata Atlântica. Decidir sobre processos de
355 licenciamento não concluídos no prazo do artigo 21 da Lei 21.972 e decidir
356 em grau de recurso sobre processo de licenciamento de intervenção
357 ambiental nas hipóteses previstas no decreto. A estrutura do COPAM é
358 aquela apontada: Presidência, Secretaria Executiva, Plenário, Câmara
359 Normativa e Recursal, Câmaras Técnicas, que são a de Política de Energia
360 e Mudanças Climáticas, de Proteção à Biodiversidade e de Áreas
361 Protegidas; de Atividades Minerárias; Industriais; Agrossilvipastoris;
362 Infraestrutura de Transporte, Saneamento e Urbanização; e Câmara de
363 Atividades de Infraestrutura de Energia; e as URCs. Tem o formato de
364 reunião. Se reunirão em sessões públicas, com quórum de instalação
365 correspondente à maioria absoluta dos membros, deliberando por maioria
366 simples, independente da manutenção do quórum. Eu acho que isso
367 também os senhores já sabem. A SEMAD, através da FEAM, IGAM e IEF,
368 prestará apoio técnico e jurídico – no caso, o que as Suprams fazem né –,
369 observadas suas competências respectivas e atribuições de cada unidade
370 administrativa. Nas Unidades Regionais – no caso, também já foi falado –,
371 vocês podem e devem, inclusive, propor padrões de proteção e
372 conservação ao meio ambiente, submeter à apreciação do Plenário e da
373 CNR assuntos de política ambiental. Até na questão que o conselheiro
374 colocou do rio, da poluição, propor alguma medida, propor elaborar e avaliar
375 diagnósticos, manifestar sobre critérios ambientais. De repente, alguma DN
376 traz um parâmetro que vocês estão achando que pode ser avaliado, que
377 não está sendo satisfatório para a proteção do meio ambiente. Vocês têm
378 essa competência. E autorizar a supressão de cobertura vegetal nativa
379 disciplinada na Lei 20.922, conforme regra a ser estabelecida em decreto.
380 Decidir em grau de recurso, como última instância, sobre requerimento de
381 concessão de licença ambiental decidido pela Supram ou pela SEMAD,

382 admitida a reconsideração por essas unidades. Um processo que seja de
383 competência do superintendente, por exemplo, se ele deliberar a favor ou
384 contra, e alguém apresentar recurso, compete aos senhores a avaliação
385 desse recurso. Avaliar sobre aplicação de penalidades pela prática de
386 infração à legislação ambiental, nas hipóteses a serem estabelecidas em
387 regulamento, de acordo com o valor da pena. O novo decreto, o 47.147, fez
388 uma revisão nas competências de julgamento dos autos de infração. Até
389 determinado valor, compete o julgamento à Diretoria de Controle
390 Processual das Suprams e, acima de um determinado valor, ao
391 superintendente. Então, no caso em que a Diretoria de Controle Processual
392 decide em grau de recurso é o superintendente. No caso do
393 superintendente, são os senhores. Analisar e decidir sobre requerimento de
394 concessão de licença não concluída no prazo, conforme a lei traz também.
395 Isso também já não é novidade. Julgar defesa de processo de imposição de
396 penalidade – os autos de infração, como nós temos em pauta hoje – e
397 exercer outras atividades correlatas. A composição do Plenário, da Câmara
398 Normativa e Recursal, das Câmaras Técnicas, das URCs e de todas as
399 unidades que compõem a estrutura orgânica deverão observar a
400 representação paritária entre o poder público e a sociedade civil,
401 assegurada a participação de setores produtivos, técnicos, científicos e da
402 defesa do meio ambiente, nas Câmaras Técnicas, e a participação do
403 Ministério Público nas URCs. As entidades da sociedade civil
404 representantes do COPAM exercerão mandatos de dois anos, não sendo
405 permitida a reeleição. Nós trouxemos a composição das URCs, que
406 também é a mesma. Aqui traz a representação, que é composta, no
407 mínimo, de 12 e, no máximo, de 20 membros, designados pelo presidente
408 do COPAM, asseguradas as seguintes representações... O subsecretário é
409 uma inovação também. O secretário de Gestão Regional da SEMAD é
410 quem preside as URCs, sendo substituído, em seu impedimento, por
411 servidor do Sisema por ele indicado. No caso aqui, o Alberto, que é
412 superintendente de Ubá. O presidente não tem direito ao voto comum,
413 tendo direito ao voto de qualidade. Isso também não é novidade. A DN 177,
414 que é de 2012, continua valendo naquilo que couber para direcionar os
415 trabalhos desta Unidade Regional Colegiada.” **5) REGIMENTO INTERNO
416 DO COPAM. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Gesiane Lima e
417 Silva, da Supram Leste Mineiro: “O segundo ponto é sobre o Regimento
418 Interno, mais também para mostrar aos senhores quais são as normas
419 estabelecidas pela Secretaria de Meio Ambiente que o COPAM segue: Lei
420 7.772/1980, Decreto 44.667/2007, DN COPAM 30/1998, Lei 21.972/2016,
421 Decreto 46.953/2016 e a DN 177/2012. Trouxe novamente qual é a
422 estrutura do COPAM, sendo na última parte as URCs. Alguns aspectos da
423 DN 177, sobre quórum de instalação e quórum de deliberação. Para se
424 instalar, tem que ter a maioria absoluta. Para votar, não necessariamente.**

425 Depois de iniciada, independente do número de conselheiros, pode
426 continuar a reunião. A ordem dos trabalhos, a questão da inversão de
427 pauta, julgamento em bloco, retorno de vista, diligências, votação de
428 processo e de inclusão de condicionantes. Uma questão também muito
429 importante é o comparecimento do conselheiro e a ausência e o direito de
430 voto. Só frisar para os senhores que a DN traz penalidades até de
431 suspensão da entidade representante em caso de ausências. Pedimos que,
432 na ausência de vocês, mandem o suplente para representar a entidade,
433 para evitar a suspensão. A Presidência não exerce o voto comum, exerce o
434 voto de qualidade. O tempo de manifestação de cada conselheiro, o
435 requerimento de diligências. Os senhores podem solicitar, conforme a DN
436 177. A questão de ordem, que o conselheiro até suscitou ali agora, para
437 fazer manifestação e até para suscitar dúvidas sobre interpretação de
438 algumas regras estabelecidas pelo COPAM. O pedido de vista, no caso,
439 para sanar dúvida acerca de matérias a serem deliberadas pelo Conselho.
440 Os senhores podem e devem solicitar vista dos processos, caso no prazo
441 de antecedência publicado, a Supram não conseguir sanar as dúvidas na
442 reunião. A moção, o conselheiro vai fazer ao secretário para frisar a questão
443 da necessidade de monitoramento do rio Piracicaba. É um exemplo. Sobre
444 os impedimentos, também os aspectos legais. A minha colega vai tratar
445 desse assunto, quando o conselheiro é impedido, o que ele deve fazer. Nós
446 vamos mandar essa apresentação, mas ela é muito resumida. Os senhores
447 sabem que têm que ter conhecimento do decreto e das resoluções, porque
448 tem muita coisa, muito prazo que vocês têm que ter conhecimento. Mas ela
449 vai ser disponibilizada para todos os conselheiros para, por exemplo, essa
450 que traz toda a legislação cabível, que vocês acompanhem.” **6) CÓDIGO**
451 **DE ÉTICA. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Bruna Rocha de**
452 **Barbalho/Supram Leste Mineiro**: “Essa apresentação também foi passada já
453 em algumas Câmaras Técnicas e diz respeito sobre o nosso Código de
454 Conduta Ética. A Ética Pública pode ser encontrada no próprio Código, que
455 é baseado no Decreto 46.644. E temos o Conselho de Ética Pública, que
456 também é um conselho autônomo e é subordinado diretamente ao
457 governador. E temos também as comissões de ética. O que o Código de
458 Conduta Ética traz para nós? É um conjunto de regras que orientam e
459 disciplinam a conduta de todos os agentes públicos do Estado de Minas
460 Gerais. É um instrumento que visa aperfeiçoar os relacionamentos da
461 organização na medida em que baliza os princípios, que são a boa-fé,
462 cortesia, transparência, honestidade e respeito, dentre outros. E nós vamos
463 buscar a aplicabilidade neste Conselho. Esse Código de Ética, quando diz
464 ‘agente público’, quem são esses agentes públicos? Somos todos nós que
465 estamos exercendo alguma função pública, mesmo que transitoriamente.
466 Aqui, dentre os conselheiros, alguns já são servidores públicos, mas,
467 mesmo aqueles que não são servidores, estão, neste momento, no papel e

468 na função de agente público, portanto, devem fazer jus ao Código de Ética.
469 Todo aquele que exerça, ainda que transitoriamente e sem remuneração,
470 por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de
471 investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública em
472 órgão ou entidade da administração pública direta e indireta do Estado. A
473 nossa colega Renata até passou o livro de posse para vocês. É
474 interessante até que, antes que assinem, leiam. Nesse termo de posse,
475 vocês estão assumindo um compromisso, é um termo de compromisso
476 solene o qual todo agente público deve assinar ao entrar para o Poder
477 Executivo, porque, neste momento, vocês estão exercendo essa função.
478 Isso significa que vocês estão cientes e são submissos ao Código de
479 Conduta de Ética do agente público e da alta administração pública. A
480 competência da comissão de ética é orientar, aconselhar, ser mediadora
481 sobre a ética profissional do servidor público no tratamento com as pessoas
482 e com o patrimônio público, com base nesse código de conduta. A
483 comissão de ética não é Instância jurídica, o papel dela, realmente, é
484 conciliar, mediar conflitos e preservar as pessoas, a honra e imagem
485 mesmo desses agentes. Qual é o papel dessa mediação? Focalizar o
486 conflito e não as pessoas, lidar com as diferenças que possam haver
487 nesses conselhos, compreender o ponto de vista de cada um, o agente
488 público se colocar um no lugar do outro, ouvir com atenção e paciência. Às
489 vezes, alguma colocação que, naquele momento, achamos que não é tão
490 importante, nós nos colocamos no lugar do outro e ouvir. Buscar o
491 profissionalismo, ser capaz de trabalhar com a pessoa, com respeito,
492 mesmo que não simpatize, mesmo que não concorde com o
493 posicionamento que, às vezes, é totalmente ao contrário, precisa priorizar
494 essa forma. E trabalhar em prol da conciliação mesmo, mediar os conflitos.
495 Os valores e princípios que norteiam essas condutas. A dignidade, o ser
496 humano como valor fonte, o respeito a si e ao próximo, todos são
497 merecedores dos direitos fundamentais, sem preconceito e sem
498 discriminação. Lealdade, responsabilidade com os compromissos
499 assumidos, ser verdadeiro. Vocês estão assumindo aqui hoje uma
500 responsabilidade com esse termo de posse. Liberdade, livre para decidir e
501 agir de acordo com sua consciência e vontade, desde que não prejudique
502 outra pessoa e dentro dos limites das leis. Vocês estão aqui em prol e em
503 favor da sociedade e cada um tem a sua liberdade de defender seu voto, de
504 fazer seu posicionamento. Integridade: não é a perfeição que eu espero de
505 você, nós, seres humanos, somos detentores de 100% de sabedoria, mas
506 cada um dos conselheiros aqui tem a sua história, a sua carga, então, vai
507 poder contribuir da melhor maneira com as informações para que sejam
508 votados todos os processos necessários. Justiça: viver honestamente, não
509 prejudicar o outro e dar a cada um o que é seu. Cortesia: considerar o bem-
510 estar do outro, tratar bem todas as pessoas, não só as que têm poder, não

511 só aquelas que nos interessam de alguma forma. Então, a cortesia tem que
512 ser independente do que o outro possa nos oferecer. E a escolha é ter
513 equilíbrio, saber dizer 'não'. Em alguns momentos, às vezes, vamos
514 precisar dizer 'não', mas podemos fazer isso com firmeza, gentileza,
515 educação. Nós temos algumas vedações éticas que esse código nos traz
516 como agentes públicos, o que, na realidade, são proibições mesmo.
517 Vedações são o que é proibido: permitir que simpatias, privilégios, no caso,
518 ou antipatias, que são as perseguições, ou interesses pessoais interfiram no
519 trabalho. Então, temos que basear o Conselho em prol da sociedade.
520 Independente de uma simpatia ou antipatia por uma determinada situação
521 ou processo, precisa que se anule isso nesse momento. Outra proibição é
522 participar de qualquer outra atividade que possa significar conflito de
523 interesse em relação à atividade pública que exerce. Precisam-se ter
524 posturas coerentes. Outra proibição é desviar agente público para
525 atendimento a interesse particular. No momento em que vocês estão de
526 agente público, o interesse de vocês não deve, não pode ser interesse
527 particular. É o bem em prol da sociedade. Outra proibição é aceitar
528 presentes. Temos a exceção: 'salvo os que não tenham valor comercial,
529 como uma cortesia, propaganda de eventos especiais ou datas
530 comemorativas'. Mas precisa ter um cuidado muito grande com isso porque
531 presentes criam simpatias. Então, cestas grandes de Natal, final do ano de
532 grandes empresas que vão ser votadas, nós temos que pesar na balança e,
533 realmente, pensar se isso é ético, se cabe na conduta do agente público
534 nessa função. Porque ética é diferente de obrigação. Então, existem
535 algumas coisas que podem, mas às vezes não devem. É diferente de
536 obrigação e imposição legal. Ética tem a ver com a consciência, é uma
537 questão de escolha, é uma convicção pessoal, e cada um sabe aquilo que é
538 melhor para si. E ter também uma consciência, diante do Conselho, de que
539 existem diferenças. É preciso saber que fazem parte da vida essas
540 diferenças. Não é possível dirimir 100% das diferenças de opiniões, são
541 naturais do convívio humano essas diferenças. E também saber que os
542 objetivos, às vezes, são incompatíveis, que existem divergências de
543 opinião, incapacidade e, às vezes, aquela pessoa que ainda vai ter
544 dificuldade de aceitar essas diferenças. Então, tentar tratar isso da melhor
545 forma, e a solução é o que todos querem, por todas as partes envolvidas.
546 Se tiverem alguma dúvida, se sentirem desconfortáveis com alguma
547 situação, a Comissão de Ética está aí para apoiá-los dessa forma, pode
548 mostrar o caminho da ética. 'Eu posso isso, não posso? Eu queria tirar a
549 dúvida antes de tomar determinada decisão ou determinada atitude.' Então,
550 a Comissão de Ética está aberta para sanar essas dúvidas também. Mas a
551 adoção de princípios e valores está na consciência de cada um, é uma
552 escolha pessoal. Então, agir com ética é uma busca constante do agente
553 público. Muito obrigada. Qualquer dúvida, estamos à disposição."

554 Presidente Alberto Félix Iasbik: “Eu gostaria de agradecer a Gesiane e a
555 Bruna pela apresentação. Se vocês tiverem alguma dúvida, alguma coisa
556 depois, elas estão à disposição para conversar com vocês. Antes de entrar
557 na pauta, precisamente, a proposta do rio de Piracicaba está sendo
558 conduzido para nós fazermos uma moção. Foi escrito um texto aqui, e eu
559 vou ler o texto. Se vocês quiserem fazer alguma sugestão na redação,
560 fiquem à vontade. A partir do momento em que fecharmos a redação, eu
561 vou colocar o texto em votação para darmos encaminhamento na forma de
562 moção. ‘Tendo em vista as constantes alterações de turbidez do rio
563 Piracicaba, registradas fotograficamente, requer do Sr. secretário de Meio
564 Ambiente que seja dado conhecimento do fato ao IGAM, no sentido de
565 identificar as causas e responsabilizar os respectivos autores.’ Querem
566 fazer alguma sugestão no texto ou alguma coisa?” Conselheiro Wilson
567 Starling Júnior: “Que sejam anexadas essas fotos. Que acompanhem a
568 moção essas tais fotos referidas.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu
569 tenho aqui o relatório do Núcleo de Fiscalização do Ministério Público, e tem
570 todas essas fotos. Eu posso encaminhar o relatório e coloco o relatório
571 como anexo.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Então, eu deixo registrado
572 com relatório anexo em vez de colocar as fotos em anexo. Tem mais
573 alguma sugestão?” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Eu estou de acordo
574 com a moção. Esse é um episódio recorrente, está acontecendo com
575 frequência. Os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piracicaba
576 relataram, e também alguns empreendedores que estão se sentindo
577 prejudicados. Porque o aumento da turbidez da água, sem explicação,
578 acaba prejudicando alguns processos produtivos que precisam, justamente,
579 da água para as suas atividades. O relatório foi feito e, de fato, foi
580 inconclusivo, mas a investigação prossegue. E aí o que aconteceu com
581 esse procedimento? Ele foi encaminhado para Belo Horizonte para que o
582 engenheiro químico avaliasse. Uma das sugestões, ao final do relatório que
583 foi feito, era alterar a forma de monitoramento de alguns empreendimentos
584 que estão situados na região de Rio Piracicaba. Então, o procedimento foi
585 convertido em diligência para que o engenheiro químico pudesse indicar
586 quais os parâmetros e que tipo de monitoramento deveria ser realizado para
587 controle dessa qualidade da água e dessa questão específica da turbidez.
588 Eu só queria colocar os conselheiros a par dessa situação.” Presidente
589 Alberto Félix Iasbik: “Foi o que eu que relatei. Quando ele fez essa
590 proposta, eu falei que o IGAM é o órgão que tem os especialistas dentro
591 dessa área de qualidade água e é o órgão responsável pela parte de
592 recurso hídrico no nosso Estado. Então, vamos passar para o IGAM. Com
593 certeza, ele vai ter alguns pontos de monitoramento, vai fazer os estudos e
594 pode, melhor do que ninguém dentro do nosso Estado, dar essa resposta
595 para nós. Então, vamos fazer o encaminhamento. A moção, no caso, como
596 presidente desta Unidade Regional Colegiada, eu vou assinar. E vou

597 colocar em votação, agora, se todos concordam. Todos concordam com a
598 moção? Quem concorda permanece como está. Então, foi aprovada a
599 moção, e nós vamos dar encaminhamento. E depois podia passar para a
600 secretaria da URC o relatório para anexar, que vai servir de subsídio para o
601 pessoal do IGAM começar esse trabalho.” **7) PROCESSO**
602 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE AUTO DE**
603 **INFRAÇÃO. 7.1) Rede HG Combustíveis Ltda. Postos revendedores,**
604 **postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos**
605 **flutuantes de combustíveis. Teófilo Otoni/MG. PA 02941/2001/002/2010,**
606 **AI 011991/2010. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Presidente**
607 **Alberto Félix lasbik:** “Tem algum destaque? Trata-se de recurso contra
608 decisão administrativa proferida pelo superintendente Regional do Meio
609 Ambiente em decorrência da imposição da penalidade de multa simples. O
610 parecer é pelo conhecimento e improvimento do recurso administrativo.”
611 Não teve nenhum destaque. Então, nós vamos votar primeiro o processo
612 administrativo para recurso de auto de infração. Quem concorda com o
613 parecer da Supram permanece como está. Aprovado.” **8) PROCESSO**
614 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE REQUERIMENTO PARA**
615 **INTERVENÇÃO AMBIENTAL EM BIOMA MATA ATLÂNTICA, EM**
616 **ESTÁGIO DE REGENERAÇÃO MÉDIO OU AVANÇADO, NÃO**
617 **VINCULADO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. 8.1) José Gomes de**
618 **Campos. Córrego Barra do Lage. Supressão de cobertura vegetal**
619 **nativa, com destoca, para uso alternativo do solo. Caratinga/MG. PA**
620 **04010001508/16. Área de RL: 4,5784 ha. APP: 3,722 ha. Área requerida:**
621 **0,4000 ha. Área passível de aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia:**
622 **Floresta Estacional Semidecidual Submontana. Estágio de**
623 **Regeneração: Médio. NRRR Caratinga. Intervenção ambiental indeferida**
624 **por unanimidade nos termos do Parecer Único. Presidente Alberto Félix**
625 **lasbik:** “O processo é um Daia, documento autorizativo de intervenção
626 ambiental solteira. O processo foi indeferido. Trata-se de processo de
627 requerimento de intervenção ambiental para supressão de vegetação nativa
628 em que tanto a sugestão técnica quanto a jurídica foram de indeferimento
629 do pedido do empreendedor pelo motivo de não preencher os requisitos
630 técnicos e legais para supressão da vegetação em estágio médio de
631 regeneração. Tem algum destaque? Sem destaque. Agora, vamos votar o
632 item 8. São três processos Daia. Por coincidência, todos os três processos
633 Daia foram pelo indeferimento da solicitação da área requerida. Quem
634 concorda com o parecer da Supram permanece como está. Aprovado.” **8.2)**
635 **José Neuton Pimenta. Fazenda Frutuoso. Água Branca. Supressão de**
636 **cobertura vegetal nativa, sem destoca, para uso alternativo do solo.**
637 **Peçanha/MG. PA 04030000877/15. Área de RL: 6,5902 ha. APP: 0,2284**
638 **ha. Área requerida: 4,6500 ha. Área passível de aprovação: 0,0000 ha.**
639 **Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária.**

640 **Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Guanhões.** Intervenção
641 ambiental indeferida por unanimidade nos termos do Parecer Único.
642 Presidente Alberto Félix Iasbik: “Trata-se de processo de requerimento de
643 intervenção ambiental para supressão de vegetação nativa em que tanto a
644 sugestão técnica quanto a jurídica foram de indeferimento do pedido do
645 empreendedor pelo motivo de não preencher os requisitos técnicos nem
646 legais para supressão de vegetação em estágio médio de regeneração.”
647 **8.3) Silma de Pinho Tavares. Fazenda Córrego do Traíra. Supressão de**
648 **cobertura vegetal nativa, sem destoca, para uso alternativo do solo.**
649 **Alpercata/MG. PA 0405000093/14. Área de RL: 19,6542 ha. APP:**
650 **5,11,90 ha. Área requerida: 78,6200 ha. Área passível de aprovação:**
651 **0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana**
652 **Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Governador**
653 **Valadares.** Intervenção ambiental indeferida por unanimidade nos termos
654 do Parecer Único. Presidente Alberto Félix Iasbik: “Trata-se de processo de
655 requerimento de intervenção ambiental para supressão de vegetação nativa
656 para o qual tanto o técnico quanto o jurídico opinaram pelo indeferimento do
657 mesmo, tendo em vista a existência de espécie imune de corte na área
658 requerida em estágio avançado de regeneração.” **9) PROPOSTA DE**
659 **AGENDA ANUAL DAS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL**
660 **COLEGIADA LESTE MINEIRO DO COPAM PARA O ANO DE 2017.**
661 **Apresentação: Supram Leste Mineiro.** Presidente Alberto Félix Iasbik:
662 “Nós vamos fazer uma proposta de agenda anual das reuniões da URC
663 para o ano 2017. Eu vou passar para a Supram para fazer a apresentação.”
664 Gesiane Lima e Silva, da Supram Leste Mineiro: “Senhores conselheiros, foi
665 aprovada, na última reunião do ano de 2016, a agenda anual de reuniões
666 desta Unidade Regional Colegiada, sendo mensalmente, todas as terças
667 terças-feiras de cada mês. Como teve uma significativa redução de
668 competência deste Conselho e, conseqüentemente, do número de assuntos
669 a serem deliberados, nós estamos fazendo sugestão de alteração da
670 agenda aprovada para que sejam fixadas mais duas reuniões para o ano
671 2017, sendo a proposta para uma reunião em setembro e outra em
672 dezembro, mantendo as terças terças-feiras. Caso seja necessária a
673 realização de outra reunião, eventualmente, de forma extraordinária, os
674 conselheiros serão, previamente, convocados.” Conselheiro Wilson Starling
675 Júnior: “Eu só gostaria, independentemente, de estar pré-agendada, que à
676 época fosse novamente convocada a reunião, como tem sido de praxe,
677 para que nós não passamos perder a data.” Presidente Alberto Félix Iasbik:
678 “Toda reunião, independente de ser normal ou extraordinária, a convocação
679 existe. Pode ficar tranquilo.” Conselheiro José Angelo Paganini: “No dia 20
680 de dezembro, está prevista também a reunião da CID, Câmara Técnica de
681 Atividades Industriais, que eu faço parte. Então, fica difícil vir a dois lugares,
682 em Belo Horizonte e aqui. Se tiver como mudar esse dia, eu gostaria. Se

683 não tiver, paciência.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “A agenda que está
684 chegando no final do ano, para todo mundo, é muito apertada, fechamento
685 de ano, fechamento de exercício. Além da parte administrativa, nós, que
686 trabalhamos no serviço público, temos a parte financeira também para
687 fechar. Então, eu gostaria de sugerir que pudesse ser antes um pouco
688 também. Poderíamos até agendar, de comum acordo aqui. A Supram fazer
689 a proposta de uma outra data. Eu concordo com o conselheiro.” Gesiane
690 Lima e Silva, da Supram Leste Mineiro: “Como sugestão, então, alteração
691 da agenda para mais duas reuniões para o ano de 2017, sendo uma no dia
692 19 de setembro e a outra no dia 12 de dezembro.” Presidente Alberto Félix
693 Iasbik: “Podemos colocar em votação? Tem alguma sugestão? Quem
694 concorda com essa nova programação permanece como está. Então, foi
695 aprovado. E nos temos que dar ciência a Belo Horizonte também.” **10)**
696 **ENCERRAMENTO.** Presidente Alberto Félix Iasbik: “Eu gostaria de
697 encerrar a reunião, agradecer a presença de todos. Foi um prazer ter vocês
698 conosco aqui. E desejar um bom retorno a todos nós. Muito obrigado.”
699

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Alberto Félix Iasbik
Presidente da URC Leste Mineiro